

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO: EXPECTATIVAS E FRUSTRAÇÕES

Ana Letícia Domingues Jacinto, graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil.

contato: ana.leticia.domingues@gmail.com

RESUMO

Através da análise das mudanças nas relações de trabalho que hegemonicamente eram organizadas pelo sistema taylorista-fordista e que, na década de 1980 passam por profundas transformações, especialmente pelas inovações organizacionais de inspiração toyotista, o presente trabalho examina o atual mundo trabalho com especial atenção à juventude trabalhadora. Essas alterações no trabalho - que não deixou de ser categoria central de análise da sociedade atual - refletiram também na subjetividade do trabalhador. Em especial, destaca-se aqui a denominada “cooptação” da subjetividade daquele que trabalha, uma vez que o operariado passa a ser incluído em grupos de trabalho e qualidade, e a exercer funções mais intelectualizadas (mesmo em postos industriais tradicionais). No entanto, as repercussões dessas mudanças são diferenciadas quando se coloca em evidência o jovem trabalhador. De um lado, a juventude é compelida a ser cada vez mais escolarizada e capacitada para solucionar os obstáculos do mercado de trabalho sempre mais complexo. De outro lado, a falta de experiência e desvalorização, cria ambiente propício ao desemprego, que acaba também por precarizar os postos de trabalho ofertados à juventude. Ademais, os jovens são também menos estáveis quando chegam a conseguir uma vaga e não raro, passam a ocupar postos mais flexíveis, como o trabalho por tempo determinado ou parcial, e também contratos terceirizados. Desse modo, através do método teórico pela consulta de obras e produções que discutem o mundo do trabalho, em especial quanto à subjetividade, e o trabalho juvenil, se busca analisar as expectativas e frustrações dos jovens inseridos no mercado de trabalho. Isso porque, o que se vê, é a crescente geração de expectativas de afirmação e independência através do trabalho, pela crescente exigência de qualificação, mas que, logo se transforma em frustrações pela impossibilidade de desenvolvimento de suas potencialidades no exercício do trabalho carente de sentido e a quem do desejado.

Palavras – chave: Juventude. Trabalho. Subjetividade.

INTRODUÇÃO

Através dos estudos que tratam das alterações ocorridas nas economias capitalistas a partir da década de 1980, o presente trabalho examina como se deu a reorganização dos sistemas de produção.

Se, de um lado, se via a impossibilidade de manutenção dos padrões de consumo em massa, centrais no sistema taylorista-fordista, até então hegemônico; por outro lado, o

surgimento de novas propostas de dinâmica produtiva, especialmente o toyotismo, fizeram com que o final do século XX fosse marcada por profundas alterações nas relações de

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

trabalho, que impactaram não só a materialidade do trabalho, como também a subjetividade do trabalhador.

Essas transformações, longe de representarem a superação da sociedade do trabalho, repercutiram na intensificação de problemas sociais, como o desemprego estrutural.

O desemprego que, tanto força a redução da qualidade dos postos de trabalho estáveis, ante o contingente daqueles que buscam uma colocação no mercado de mercado; quanto aumenta a oferta e procura por trabalhos precarizados (como o trabalho por tempo parcial, por tempo determinado e terceirizado), atinge diretamente os recém-chegados ao mercado de trabalho, ou seja, a juventude trabalhadora.

Assim, o presente artigo pretende buscar como tem se dado a dinâmica da inserção profissional do jovem brasileiro no século XXI, que, ante momentos de aquecimento da economia, seguido de cenários de desaceleração econômica, precisa se adequar às exigências do mercado e às oportunidades que lhes são oferecidas.

Além dos elementos objetivos que tangenciam a transição entre a inatividade do adolescente para o alvorecer do jovem no mercado de trabalho, se analisa também questões subjetivas pertinentes às novas relações de produção e do próprio jovem, sujeito de sonhos e futuros a serem construídos.

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS

Na década de 80 do século XX, as relações do trabalho sofreram enormes mudanças, através da reformulação do sistema taylorista-fordista, que até então, representava o sistema produtivo hegemônico.

Para os trabalhadores, as modificações atingiram “não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis (que) afetou a sua forma de ser” (ANTUNES, 2005, p. 23).

Reorganizada, a produção passa a ser realizada com equipamentos cada vez mais sofisticados pela automação, microeletrônica e novas tecnologias. Assim, impulsionada pelo esgotamento da produção em massa do taylorismo-fordismo, a indústria começa a produzir mercadorias com mais variedade e qualidade (BERNARDO, 2006).

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

O sistema toyotista de produção, originado no Japão, é importado pelas fábricas ocidentais, que também passam a buscar o aumento incessante do grau de eficiência da mão-de-obra e a diminuição dos tempos de trabalho desperdiçados (ou “porosidades”). Para este fim, não apenas são modificadas a organização das fábricas e as tecnologias empregadas, mas as próprias exigências ao trabalhador, através da inserção de elementos inteiramente novos, como a gestão participativa e sistemas de controle de qualidade (DAL ROSSO, 2008).

Assim, em contraposição à especialização fordista, a nova fase do sistema produtivo se caracteriza pela desespecialização da mão-de-obra, que deve ser capaz de exercer inúmeras tarefas e operar diversas máquinas, exigindo-se, portanto, trabalhadores polivalentes ou “multifuncionais” (CORIAT, 1994 apud BERNARDO, 2006).

Para Dal Rosso (2008, p. 67), com isso se desenha uma maior intensificação do trabalho, uma vez que se exige agora “um esforço adicional de trabalho mental, conhecimento de operações diversas, sua lógica, trabalho emotivo, concentração e atenção no controle de máquinas diversas.”

Como já sugere o trecho acima, as novas formas de produção não dependem unicamente do esforço físico daquele que trabalha e, mesmo entre os postos de trabalho fabris e manuais, pressupõe o envolvimento da subjetividade manipulada da mão-de-obra (ANTUNES, 2005).

Alves (2008) elucida ser um ponto central da nova organização do trabalho o que chama de “captura” da subjetividade do trabalhador:

Na nova produção do capital, o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização.

(...)

Temos utilizado a expressão “captura” da subjetividade do trabalho para caracterizar o nexo essencial que garante o modo de organização toyotista do trabalho capitalista. É um novo e intenso nexo psicofísico no trabalhador que busca adaptá-lo aos novos dispositivos organizacionais do Sistema Toyota de Produção. O capital busca reconstituir algo que era fundamental na manufatura, o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado: a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho, ou seja, aquilo que Frederick Taylor com sua OCT (Organização Científica do Trabalho) buscava romper e o fordismo implementou com a linha de montagem e a especialização dos operadores. Enfim, a empresa toyotista busca hoje mobilizar conhecimento, capacidades, atitudes e valores necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor. Eis o significado da “captura” da subjetividade do trabalho. (ALVES, 2008, p. 120 e 123)

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Assim, através da nova cultura do trabalho e da própria sociabilidade, a atenção antes dispensada para a coerção política, é alterada pela busca do consentimento do trabalhador, de seu aceite em relação às novas condições impostas no mercado de trabalho (PASTORINI, 2004).

Todas essas inovações na materialidade do trabalho e também na subjetividade do trabalhador, inseridas especialmente pelo sistema produtivo toyotista, provocaram inúmeras conseqüências e desdobramentos nas relações de trabalho.

Ademais, a desespecialização (e individualização) daquele que trabalha – além do aumento de trabalhadores precarizados – contribui enormemente para a pulverização sindical e a diminuição da relevância das pautas e lutas dos sindicatos (ANTUNES, 2005).

Assim, a implantação de novas máquinas operadas por um único trabalhador, a diminuição da força sindical, entre outros elementos que reestruturaram e que hoje constituem a organização produtiva da contemporaneidade, são também fatores geracionais do desemprego como uma de suas bases fundamentais:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.
(ANTUNES, 2005, p. 49-50)

Destaca-se que, no Brasil, a partir da década de 1990, a abertura da economia brasileira inseriu o país na globalização dos mercados e assim, na primeira década de 2000, consolidou de modo definitivo a dinâmica de reestruturação da produção (ALVES, 2012).

Tendo em vista sua densidade, as alterações na dinâmica do sistema produtivo pela superação do sistema até então hegemônico (taylorismo-fordismo) e a crescente complexificação das relações de trabalho, criaram hipóteses que teorizaram, inclusive, o surgimento de uma nova sociedade e de um novo trabalho, inteiramente novos e que romperam com a realidade anterior.

Desse modo, em observância às transformações em curso, diversos sociólogos passaram a questionar se o trabalho poderia ainda representar uma categoria relevante para o

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

entendimento das sociedades, como André Gorz na obra “Adeus ao Proletariado”, onde o autor “vaticinou o fim do proletariado, com todas as conseqüências teóricas e políticas decorrentes desta formulação” (ANTUNES, 2005, p. 17).

Assim, carregados de otimismo sobre as repercussões das mudanças nas relações de trabalho, estudiosos sugeriram que, com os recentes reajustes na dinâmica produtiva, teria se dado também a superação do trabalho alienado (ANTUNES, 2005). Em igual sentido, que o mundo do trabalho se transformou em “subjetivamente periférico” (OFFE, 1989, p. 17 *apud* GUIMARÃES, 2005).

No entanto, muito embora seja evidente a amplitude das transformações ocorridas nas engrenagens capitalistas, velhos padrões como a acumulação e exploração do trabalho vivo foram mantidos com diferente roupagem (ANTUNES, 2005).

Inclusive, porque os problemas decorrentes da forma como a sociedade organiza diferentes sistemas produtivos, se alteram permanentemente, o que não pressupõem as existências de rupturas que se opõem e contradizem os momentos históricos anteriores (PASTORINI, 2004).

Neste sentido:

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. (GUIMARÃES, 2005, p. 83)

O que ocorre, é que os novos trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho, estão diante de novas condições inéditas e menos rígidas do que aquelas que predominaram durante o século XX, que se materializam pela “remuneração flexível (PLR), jornada de trabalho flexível (banco de horas), contrato de trabalho flexível (contrato por tempo determinado e tempo parcial, além da terceirização)” (ALVES, 2012, p. 21).

INSERÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA NO NOVO MUNDO DE TRABALHO

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Ao tratar especificamente dos recém-inseridos no mercado de trabalho Guimarães (2005), nos apresenta o resultado de um levantamento de 2003¹ que revela que, as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, não modificaram sua importância na visão dos jovens brasileiros.

Destaca também que outros temas, por vezes entendidos como “temas da juventude”, como prazer sexual ou auto-realização, não tiveram relevância estatística e, portanto, não se equiparam à preocupação dos jovens com o trabalho (GUIMARÃES, 2005).

A suposição de despreocupação da juventude com o universo do trabalho ou da minorada importância do trabalho exercido pela juventude, pode ser evidenciada pela tardia disposição acadêmica no exame das relações entre os jovens e as dinâmicas do trabalho, que Campos (2010) ensina terem se iniciaram na década de 1970 e que retornaram fôlego no final de 1990 e início de 2000.

Aliás, a análise especificada das relações de trabalho envolvendo os jovens, surgiu a partir da “avenida teórica” (GUIMARÃES, 2005, p. 5) aberta pelo movimento feminista, que passou a examinar a categoria das mulheres trabalhadoras refletindo sobre os lugares destinados aos homens e mulheres, diferenças nas possibilidades de carreiras, salários recebidos e construções identitárias, ou seja, a divisão sexual do trabalho.²

Assim especificamente quanto ao movimento de inserção do jovem no mercado de trabalho, Pochmann (1998 *apud* CAMPOS, 2010) conceitua como a “trajetória predominantemente traçada pelo segmento juvenil da população em idade ativa (PIA) na transição da inatividade para o mundo do trabalho”.

Ocorre que, mesmo antes da nova reorganização estrutural do trabalho, ainda que no chamado “Trinta Gloriosos” (período compreendido entre o pós-Segunda Guerra, até o final da década de 1970) a situação dos jovens sempre foi de maior incerteza em relação aos demais trabalhadores, uma vez que, desresponsabilizados da ideia de provedores de família, suportam elevada instabilidade em relação aos quadros de emprego e desemprego e também de atividade e inatividade (GUIMARÃES, 2005).

¹ Trata-se da pesquisa intitulada “Perfil da Juventude Brasileira”, patrocinada pela Fundação Perseu Abramo, realizado com 3.501 jovens com idade entre 15 e 24 anos em 198 municípios brasileiros entre novembro e dezembro de 2003.

² A noção de divisão sexual do trabalho foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que estudavam. Lévi-Strauss fez dela o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família. Mas as antropólogas feministas foram as primeiras que deram um conteúdo novo, demonstrando que traduzia não uma complementariedade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (Mathieu, 1991 a; Tabet, 1998 *apud* Hirata, 2009, 6)

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Ademais, nas décadas de 1970 e 1980, a estagnação da economia brasileira já sugeria o cenário atual de precarização do trabalho juvenil, que, apesar de não invisível, passou à margem das lutas sociais da época:

Desde meados da década de 1970 e começo da década de 1980, manifestou-se no Brasil, traços residuais do que temos salientado como sendo o precariado. Naquela época, o padrão desenvolvimentista de inserção ocupacional esgotara-se, e a inquietação da juventude precária altamente escolarizada, não se manifestava socialmente, ocultada na década de 1980, pela explosão do sindicalismo e movimentos populares; entretanto, a inquietação do precariado residual se expressava, por exemplo, em manifestações culturais de caráter existencial-contestatório (por exemplo, tivemos o surgimento naquela época de bandas de rock com músicas com temáticas ricas em inquietação existencial, expressando assim, a ideologia do precariado residual – Barão Vermelho, Legião Urbana, etc). Como a economia brasileira estava estagnada por conta da crise da dívida externa, e o sistema de ensino superior não estava tão desenvolvido como hoje (o acesso à formação superior era bastante limitado), as contradições sociais expostas pelo fenômeno social do precariado não estavam tão desenvolvidas. (ALVES, 2014).

Após, na década de 1990, a economia brasileira se inseriu definitivamente nos quadros do capitalismo global e no primeiro decênio do século XXI (“década neodesenvolvimentista”) observou o crescimento da economia e a ampliação da escolaridade dos jovens trabalhadores, porém, “apesar da redução do desemprego total na década de 2000, manteve-se elevado o contingente de jovens assalariados recém-formados desempregados” (ALVES, 2014).

Assim, destaca-se que, um estudo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no ano de 2006, revela que 66% dos jovens brasileiros (compreendidos na pesquisa como a população entre 14 e 29 anos) se encontram no mercado de trabalho, sejam empregados ou em busca de uma de uma oportunidade, apesar de que, segundo Campos (2010, p. 32) “a principal característica da entrada do jovem no mercado de trabalho é sua inserção na condição de desempregado”, o que intensifica a submissão dos jovens a empregos mais precarizados.

A título exemplificativo, atualmente o setor de serviços de telemarketing é majoritariamente exercido por jovens, com predominância ainda de trabalhadoras mulheres, alocadas nas posições de atendimento. Ademais, sendo uma área de forte pressão ao trabalhador, são também preferidos os jovens de baixa renda familiar, ante a “maior

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

suportabilidade” para cumprimento de metas e jornadas de trabalho estendidas (CAMPOS, 2010).

Além disso, os dados de 2003 analisados por Guimarães (2005) revelam que 86% dos jovens trabalhadores ganhavam até dois salários mínimos, ainda que 30% deles afirmaram que trabalhavam por mais de 8 horas por dia. Ademais, segundo Menella (2009), os contratos de trabalho por tempo determinado são majoritariamente firmados com jovens.

Uma das consequências diretas dessa marginalidade às leis e das piores condições de trabalho que os jovens são forçados a aceitarem, são os acidentes e doenças de trabalho, uma vez que, no ano de 2007, 40% de todos os acidentes de trabalho registrados no país atingiram trabalhadores de até 29 anos de idade (CAMPOS, 2010).

Diante deste cenário, os esforços públicos e mesmo de ONGs que tratam sobre o trabalho do jovem, abarcam grandes problematizações. Se de um lado, há esforços empreendidos para dificultar a entrada de trabalhadores cada vez mais jovens no mercado de trabalho, por outro lado, o desemprego estrutural é fato gerador do aumento da precariedade dos trabalhos ofertados. Neste sentido:

Essa realidade nos leva a questionar se as políticas de promoção de emprego para jovens devem ser comemoradas como geração de oportunidades ou ampliação da exploração do trabalho juvenil. O aumento do número de jovens à procura de emprego eleva a concorrência no mercado de trabalho. Conforme observou Marx, o aumento da população à procura de trabalho desvaloriza a força de trabalho. Ao mesmo tempo, fragiliza a capacidade de organização sindical. (CAMPOS, 2010, p. 19)

Assim, a questão envolvendo a juventude no mercado de trabalho, não pode ser entendida unicamente como um processo intermediário ou de transição para a vida adulta (MENELLA, 2009) e, como tal, com menor importância, uma vez que a juventude trabalhadora suporta a totalidade das alterações na dinâmica no processo produtivo e suas consequências.

A SUBJETIVIDADE DO JOVEM TRABALHADOR: EXPECTATIVAS E FRUSTRAÇÕES

Sobre as relações de trabalho e a subjetividade do jovem, Guimarães (2005) informa que, diferentemente do que acontece com a questão da educação, por exemplo, revelada pelos

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

jovens como uma questão de seu interesse, mas não visto como um problema, o emprego (ou sua ausência) é compreendido sob um viés problemático.

A preocupação com o trabalho é ainda mais latente para os homens maiores de idade e se intensifica entre aqueles de menor escolaridade e também entre os que se declaram negros. Além desses importantes marcadores sociais, pontuamos que a angústia com o emprego atinge tanto os empregados quanto os desempregados, o que “corrobora o entendimento de que há uma consciência, muito claramente difundida entre os jovens, da insegurança e risco que a todos atinge (real ou potencialmente)” (GUIMARÃES, 2005, p. 13).

Ademais, os jovens trabalhadores do século XXI enfrentam inseguranças e dificuldades potencializadas pelas novas características do sistema produtivo e intimamente ligados a questões subjetivas, como a supressão da noção coletiva do trabalho e individualização do trabalhador, o ideário de competência e de autonomia e as acrescidas exigências de qualificação.

O que ocorre, é que as alterações na dinâmica de permanência no emprego, com sua maior efemeridade, além das multiplicidades de formas que passaram a configurar o emprego precarizado (como o emprego parcial ou terceirizado), aumentaram a imprevisibilidade da inserção dos jovens aos postos de trabalho.

No entanto, o processo de individualização “põe nos ombros do trabalhador a responsabilidade por fazer face a todas as incertezas e novos riscos, enquanto um gerenciador solitário do seu próprio percurso” (BECK E BECK-GERNSHEIM, 2012 *apud* GUIMARÃES, 2005). Também

neste sentido:

A ideia de empregabilidade afirma a lógica segundo a qual o desemprego é problema do trabalhador individualmente e não da estagnação econômica. É ele que precisa se qualificar para poder melhor competir com outros. O problema do desemprego juvenil, por esse ponto de vista, seria uma questão de defasagem entre o seu aprendizado e o perfil desejado pelo mercado. (CAMPOS, 2010, p. 58)

Ademais a maior capacitação dos jovens profissionais, geram maiores expectativas quanto à realização profissional, que frustra a juventude trabalhadora ante a instabilidade do emprego, impossibilidade de garantir uma carreira e precárias possibilidades de consumo (ALVES, 2014).

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

A impotência do jovem no mercado de trabalho é ainda destacada por Guimarães (2005) que ressalta que, quando entrevistados sobre quais problemas gostariam de resolver num “passe de mágica”, a questão do emprego está entre os três resultados mais citados (atrás de violência e miséria), quedando demonstrada uma vez mais a permanência da centralidade do trabalho e ainda que:

O recurso ao “passe de mágica” é eloqüente para expressar o sentido de declínio da autoridade pública e de isolamento social, que se contêm na forma contemporânea de individualização. E são justamente os jovens desempregados, e aqueles em procura de trabalho, os que mais se destacam na ênfase com que indicam essas três como as necessidades a serem solvidas com a urgência que só mesmo o recurso ao sobrenatural facultaria. Nessa nova confluência de características, premência, desafiliação e desproteção alimentam-se reciprocamente, remetendo a solução do problema para o “passe de mágica” (e não para as políticas públicas ou para a ação coletiva). (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

Para Giovanni Alves (2014) atualmente há dois tipos de jovens trabalhadores brasileiros, quais sejam, o precariado e o assalariado flexível, que expressam “a contradição entre a riqueza das possibilidades pressupostas com a ampliação da alta escolaridade e a miséria das perspectivas de realização profissional e desenvolvimento humano no século XXI.”

Quanto àqueles que denomina como precarizados, a alta escolaridade e as expectativas de futuro fomentadas ao longo de sua formação, se chocam com a realidade do mercado de trabalho (através do desemprego ou do trabalho precarizado), onde os salários estão aquém do que o jovem esperava receber como meio de garantir possibilidades de consumo e de “afirmação social”, o que gera a esses jovens um cenário de indignação social e de frustração salarial.

Por outro lado, aqueles denominados de “novos assalariados flexíveis”, ainda que possuidores das proteções trabalhistas e emprego estável (e, portanto não considerados precários), se frustram pela incompatibilidade entre sua formação e a ocupação profissional ou ainda, (mesmo que trabalhem na área que possuem afinidade) pela “perda de sentido da ação laboral por conta da intensificação do tempo de trabalho nas ocupações profissionais mais especializadas decorrente da gestão toyotista acoplada às novas tecnologias informacionais”, sintetizada pela frustração profissional.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

Essas duas categorias de jovens trabalhadores (que não exclui a existência de outras), possuem como pontos de convergência o crescente nível de contradição do capitalismo contemporâneo que, ao mesmo tempo em que exige profissionais cada vez mais capacitados, não é capaz de alocar adequadamente esses novos trabalhadores com individualidades com cada vez maiores potencialidades a serem desenvolvidas, uma vez que “a ação laboral” carece de sentido.

Não é redundante destacar que, essa maior qualificação que gera expectativas que logo frustram a juventude trabalhadora, foi uma demanda criada pela própria dinâmica produtiva, que passou a exigir trabalho intelectual do operariado, buscando trabalhadores polivalentes e capazes de operar diversas máquinas (ANTUNES, 2005).

Campos (2010) também chama atenção para o primeiro impacto causado ao trabalhador que, ainda jovem, foi cooptado a um trabalho de alto precariedade, e, sem apresentar conclusões, incentiva a reflexão do impacto na trajetória futura ocupacional do trabalhador que se iniciou no mercado de trabalho com a marca da precarização.

METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza-se do método teórico através da consulta interligada de obras, publicações e documentos eletrônicos que examinam a contemporaneidade das relações de trabalho, em especial as que envolvem a juventude trabalhadora e seus reflexos no sentido íntimo do trabalhador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo aponta que, principalmente a partir de 1980 com o fim da hegemonia do sistema de produção taylorista-fordista e a implantação de novas dinâmicas produtivas, especialmente as inovações toyotistas, as profundas alterações ocorridas de maneira geral nas relações de trabalho tiveram repercussões não apenas nas questões objetivas de organização do trabalho, mas também na subjetividade dos trabalhadores que devem acompanhar essas transformações.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

As alterações, no entanto, não se refletem de maneira uniforme entre as diferentes especificidades daqueles que trabalham. Ainda que não se possa falar em um “jovem universal”, uma vez que não podem ser desprezados importantes marcadores sociais como, a raça, gênero e renda familiar, de maneira geral o jovem trabalhador enfrenta um cenário de maior desemprego e de vagas mais precarizadas.

Diante desse quadro, também se aponta pelo grau de insegurança e frustração suportada pela juventude trabalhadora que, mesmo diante do início de sua jornada no mercado de trabalho, não vê possibilidade de concretização de suas expectativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas importantes alterações nas relações de trabalho recentes, como a pulverização sindical e do sentido coletivo do trabalho, acabam por criar falsas responsabilizações, como a responsabilidade pessoal do trabalhador que se encontra numa situação de desemprego.

No caso do jovem trabalhador, o apelo à essa responsabilização também é visto, e ainda se intersecciona com outros agravantes como o maior número de desempregados e a inexperiência profissional.

Neste mesmo contexto, o mercado de trabalho atual exige trabalhadores cada vez mais escolarizados e “multifuncionais”, capacitados para desenvolverem funções sempre mais complexas e intensas.

Desse modo, mais capacitados e com infinitas potencialidades a serem desenvolvidas, o cenário de desemprego estrutural, alocações precarizadas e funções carecedoras de sentido, resultam no choque entre a expectativa gerada em sua longa formação e a realidade vivida no mercado de trabalho, que gera jovens trabalhadores frustrados (salarial ou profissionalmente), mesmo que no início de sua jornada no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

ALVES, Giovanni Antonio Pinto Alves. Trabalho e Subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. 2008. 183 f. Tese (Livre Docência), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.

_____. A derrelição de Ícaro. Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados no novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013). Disponível em:

http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8285&Itemid=76. Acesso em 05 out. 2016.

_____. A derrelição de Ícaro. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/06/02/a-derrelicao-de-icaro/>. Acesso em 05 out. 2016.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2005.

BERNARDO, Marcia Hespanhol. Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores. 2006. 225 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAMPOS, Anderson de S. Juventude e ação sindical: crítica ao trabalho decente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.

DAL ROSSO, Sadi. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

GUIMARÃES, Nadya. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: H. W. Abramo & P.P. M. Branco (org.). Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abamo, 2005.

XVII Semana de Psicologia da UEM
IX Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia da
UEM Saúde Mental: as Dimensões Políticas da Psicologia
24 a 27 de Outubro de 2016

MENELLA, Ana Carolina Villas Boas. Os jovens e a experiência de trabalho precário na cidade de São Paulo. 2009. 249 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2004.